

Comentário IV

José Reginaldo Santos Gonçalves

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mantenho com a comunidade dos profissionais de museus e com essas instituições uma relação similar à que aprendi a cultivar com um pequeno grupo tribal que estudei, ainda nos anos setenta, no Brasil Central, onde realizei minha iniciação como antropólogo. Em outras palavras, vejo a mim mesmo e sou visto pelos integrantes dessa comunidade como um "estrangeiro". Minha posição diante desse mundo tem sido a de um visitante eventual e a de pesquisador. Jamais assumi quaisquer funções nessas instituições, ou delas participei de modo a me considerar e ser considerado como um "nativo".

O Prof. Ulpiano parece combinar as duas posições: a de "estrangeiro", enquanto um pesquisador na área de história; e a de "nativo", na medida em que traz em sua biografia experiência no plano institucional no mundo dos museus. Seu texto, se o interpreto corretamente, repercute uma relação de tensão entre essas duas posições, a partir das quais elabora pontos de vista, ora complementares, ora excludentes.

A espinha dorsal do texto é a oposição que ele elabora com elegância e refinamento entre dois modelos museológicos: o museu enquanto "teatro da memória" e o museu enquanto "laboratório da história". Seu objetivo é focalizar a relação entre "a exposição museológica e o conhecimento histórico", como já aponta o sub-título de seu artigo. Ao mesmo tempo que desconstrói de maneira impiedosa os pressupostos que sustentam aquele primeiro modelo, ele argumenta de modo convincente em favor do segundo. Do primeiro ele denuncia o papel eminentemente celebratório, no qual a memória aparece como um objetivo; ao segundo ele reserva o papel de tratar a memória

"não como um objetivo, mas como objeto de conhecimento". Ao museu enquanto "laboratório da história", livre dos pressupostos do museu enquanto "teatro da história", caberia a função de elaborar a "dimensão crítica da exposição".

Um dos encantos do texto do Prof. Ulpiano consiste precisamente nessa sofisticada combinação entre acuidade analítica, erudição e a paixão de quem assume a defesa de um projeto. Essas vozes ora se complementam, ora parecem disputar a atenção do leitor. O impulso que move o analista, até certo ponto, sustenta a defesa do projeto de modo persuasivo. A partir de então, instaura-se uma tensão, em que o primeiro perde o impulso e as questões que poderia perseguir são lançadas para um plano hierarquicamente subordinado. Duas dessas questões me parecem cruciais e por isso vou trazê-las para um plano hierarquicamente superior, assumindo assim a defesa da voz do analista.

A primeira delas diz respeito ao modo como se estabelecem as relações entre um e outro modelos museológicos delineados pelo Prof. Ulpiano. Se não queremos assumir uma visão evolutiva e linear dessas relações, numa espécie de darwinismo intelectual, temos de iluminar a natureza da articulação sincrônica entre o museu como "teatro da memória" e o museu como "laboratório da história". Esses modelos, afinal, historicamente coexistem. Podem mesmo coexistir numa mesma instituição. Como o próprio Prof. Ulpiano reconhece, ele é objeto de preferência de boa parte da comunidade de profissionais de museu. Para não falarmos do público. Ora, quais as razões da permanência desse modelo tradicional? Quais suas funções presentes, além, é claro, das funções de mascaramento ideológico que o Prof. Ulpiano acertadamente aponta? Afinal, essas funções de mascaramento não são suficientes para explicarmos sociologicamente aquela permanência. E se assumimos que, no presente, esses dois modelos coexistem, qual a lógica de sua interdependência? De que modo um pode, paradoxalmente, alimentar o outro?

A outra questão que gostaria de focalizar está intimamente associada à primeira, sendo na verdade um desdobramento desta. Trata-se da lógica da inserção desses modelos, na medida em que se realizam combinadamente em instituições específicas, no contexto das relações entre os diversos grupos e categorias sociais que compõem a sociedade brasileira e que constituem o chamado "público". Afinal, para que servem os museus no Brasil? A quem, e de que forma, têm servido os museus históricos no Brasil, estruturados a partir de um ou de outro modelos? Como são concebidas essas instituições, do ponto de vista não só da comunidade de profissionais de museu, como também do ponto de vista dos diversos grupos e categorias sociais que integram a população e que mantêm com essa modalidade de instituição relações regidas por diferentes códigos sócio-culturais?

Essas questões tornam um pouco mais complexa a visão que possamos ter a respeito da implementação de um projeto museológico (ou de qualquer outro projeto), uma vez que se assume que não se está atuando num processo histórico que corre supostamente a nosso favor, nem numa espécie de vazio social, que não ofereceria quaisquer resistências a nossas iniciativas. Elas podem nos lembrar que atuamos dentro de um campo de forças, estruturado a

partir de relações sociais e representações coletivas, que impõem limites à nossa vontade enquanto agentes, lembrando a virtude da humildade quando lidamos com as distintas dimensões da vida social.

Devo dizer, finalmente, que a segunda, assim como a primeira questão, não parece de modo algum ausente do horizonte intelectual do Prof. Ulpiano. O fato é que, precisamente em função da natureza sofisticada de sua argumentação, onde pontos de vista estruturalmente distintos ora convergem, ora divergem, essas questões terminam por ficar na sombra. Ou, para usar o jargão museológico, elas parecem ter sido lançadas para uma espécie de "reserva técnica" do texto. Nada mais fiz que iluminá-las.